

GEOGRAFIA E ENSINO SUPERIOR: ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Gustavo Teramatsu¹

Resumo: No período pós-LDB, a educação superior, orientada principalmente por políticas públicas federais, interioriza-se no território brasileiro. A Geografia avança na interpretação deste processo de desconcentração e interiorização. As alterações no padrão de localização espacial do sistema de ensino superior no país produzem novas situações geográficas que cabem ser investigadas em distintas escalas de análise. Buscamos discutir as potenciais contribuições da ciência geográfica para este tema ao apresentar e comentar o estado de arte das pesquisas sobre o ensino superior no âmbito dos programas de pós-graduação em Geografia. A diversidade de abordagens e de escalas das investigações evidencia a abrangência territorial das recentes políticas de educação superior no país e a importância deste fenômeno para a compreensão do período atual.

Palavras-chave: educação superior, território brasileiro, período técnico-científico-informacional

Abstract: Since the end of the 1990s, the higher education in Brazil is getting internalized due to federal public policies. The geographers advance in the interpretation of this process of deconcentration and internalization. The changes within spatial location pattern of the Brazilian higher education system produce new geographical situations that must be researched in different scales of analysis. We seek to discuss the potential contributions of the geographical science at this theme by presenting and commenting the state of the art of the research on higher education under the Geography graduate programs. The diversity of approaches and scales of these researches point the territorial scope of the recent higher education policies in Brazil and the importance of this phenomenon for understanding the current period of globalization.

Keywords: higher education, Brazilian territory, technical-scientific-informational period

O ensino superior constitui um sistema coordenado pelo aparato legal do Estado e, ao mesmo tempo, sujeito às pressões do mercado e da academia (CLARK, 1983). No período pós-LDB, o sistema de educação superior no Brasil passa por transformações quantitativas e qualitativas profundas em razão de políticas públicas federais, como o Reuni, o SiSU, o ProUni e o FIES, que têm promovido o crescimento do número de vagas em cursos oferecidos por instituições de ensino superior públicas e, principalmente, privadas. Em quinze anos, entre 1998 e 2013, o número de matrículas de graduação saltou de 2,1 para 7,3 milhões. No mesmo período, passou-se de 76 mil para 220 mil discentes na pós-graduação.

A análise da expansão do sistema de educação superior no Brasil constitui ainda um tema emergente nas pesquisas dos geógrafos, muito embora seja objeto de uma

¹ - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
E-mail: gteramatsu@gmail.com

agenda de pesquisa em diversos campos do conhecimento². De fato, “há certa escassez de trabalhos científicos que integrem geografia e educação”, salvo aqueles que versam sobre o ensino de Geografia (HAIASHIDA, 2014, p. 25). Com este texto, buscamos localizar e discutir a contribuição da ciência geográfica ao entendimento interdisciplinar do processo vigente de desconcentração e interiorização do ensino superior no Brasil. Para tal, temos o objetivo apresentar e comentar o estado de arte das pesquisas recentes sobre o ensino superior no âmbito dos programas de pós-graduação em Geografia. Entendemos também que é necessário delimitar a relação deste objeto com os métodos e os conceitos que nos são caros, ainda mais quando se verifica a utilização indiscriminada de conceitos e categorias geográficas nestas pesquisas realizadas por pesquisadores de outras disciplinas³.

A interiorização da educação superior: um problema geográfico

Até o fim dos anos 1990, o oferecimento de matrículas em cursos superiores estava restrito às capitais estaduais, regiões metropolitanas e municípios da chamada região concentrada (SANTOS & SILVEIRA, 2000, 2001). A expansão vigente tem privilegiado a instalação de novos campi e instituições em cidades de porte médio no interior e promovido a reorganização do padrão de localização espacial sistema de educação superior. Sinônimo de *interiorização*, esta expansão ocorre de forma seletiva no território, num processo desigual e combinado de concentração e dispersão, tratando-se, pois, de um problema geográfico.

A interiorização resulta de políticas públicas que não produziram efeitos no território não fossem precedidas pela difusão e pelo aprofundamento das densidades técnicas caracterizam o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). Característica do período atual, portanto, a interiorização da educação superior deve ser entendida numa abordagem diacrônica-sincrônica. Diacrônica, pois não se pode

² Nos encontros da ANPOCS, o tema é debatido no grupo de trabalho “Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea”, e nas reuniões da ANPEd², no GT “Política da educação superior”. Cabe dizer, inclusive, que este grupo deu origem à Rede Universitas/BR, que promove seus próprios seminários nacionais. A organização de redes de pesquisadores evidencia o amadurecimento das discussões acerca deste objeto, das quais participam estudiosos dos campos da Educação, Sociologia, Ciência Política e Economia Espacial.

³ Por exemplo, *local* e *global*, no sentido de articular as escalas geográficas de ação das políticas educacionais; *desenvolvimento regional*, ao refletir sobre os efeitos das políticas em cada lugar e em cada espaço regional; e, sobretudo, *território*, ou ainda *território usado*, ao tratar dos desequilíbrios regionais no processo de concentração e interiorização da educação superior (FIALHO, 2009).

desprezar sua historicidade, já que os períodos nos revelam contextos sucessivos. Sincrônica, porque, como lembra Fávero (1980, p. 17), “a Universidade não está fora da história do país, porque cada evento, cada fato social só pode ser compreendido e conhecido no conjunto de relações com o todo”.

De certa forma, a discussão sobre este tema tem surgido na própria avaliação da expansão da pós-graduação em Geografia no país, no que a ANPEGE tem papel destacado⁴. Entre 2003 e 2014, o número de programas de pós-graduação em Geografia passa de 26 para 58, o que atenuou a concentração existente na oferta de cursos de pós-graduação. Assim, o processo de interiorização da educação superior tem efeitos na própria produção científica da Geografia, em nível de pós-graduação.

Consideramos que o próprio fenômeno da expansão do sistema universitário no país induz ao crescimento do número de pesquisas preocupadas com este tema. De duas maneiras: primeiramente, uma vez que as pesquisas e os conceitos são um exercício do pensamento sobre o real, cremos que os trabalhos científicos, aos poucos, buscam dar conta de explicar os novos fenômenos. Em outras palavras, já que o espaço geográfico está em permanente mudança, novos processos, fenômenos, fatos etc. orientam novas pesquisas dos geógrafos. A expansão das instituições de ensino superior revela sua importância cada vez maior na organização dos espaços regionais e urbanos, criando novas situações geográficas a serem investigadas em distintas escalas. Em segundo lugar, a produção científica ela mesma está intensamente vinculada à expansão da educação superior, já que suas características – a criação e a institucionalização de novos programas e cursos de pós-graduação e o aumento de financiamentos, de publicações especializadas e de eventos acadêmicos etc. –, criam um contexto propício ao crescimento da quantidade de pesquisas.

O estado da arte da pesquisa sobre educação superior nos programas de pós-graduação em Geografia

Buscando compreender de que modo a Geografia tem entendido a expansão da educação superior, adotamos a metodologia do estado da arte. Estamos movidos pela inquietação mencionada por Ferreira (2002, pp. 258-259):

⁴ Sobre a discussão da expansão recente da pós-graduação em Geografia, verificar Lencioni (2013), Mendonça (2005), Sant’Anna Neto e Oliveira (2014), Silva e Oliveira (2009) e Suertegaray (2003, 2007), em artigos publicados na *Revista da ANPEGE*.

a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área do conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção esta distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada.

Foram consultados os repositórios institucionais e as bibliotecas digitais de diversas universidades e as plataformas *Banco de Teses da CAPES* e *Domínio Público*, tendo em vista a inexistência de um catálogo atualizado e sistemático do conjunto de teses e dissertações defendidas nos 58 programas de pós-graduação da área de Geografia recomendados e reconhecidos pela CAPES, a maioria deles associada à ANPEGE. A revisão bibliográfica realizada encontrou 18 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado defendidas em 16 programas de pós-graduação em Geografia no Brasil e uma tese defendida em uma universidade europeia, que se desdobram em outros documentos, como apresentações em eventos, artigos e capítulos de livros.

Até os anos 1970, a bibliografia sobre o ensino superior no Brasil era reduzida e dispersa, sendo que o interesse sobre este tema cresce a partir do fim desta década. É no contexto da promulgação da Reforma Universitária de 1968, do primeiro movimento de expansão quantitativa da educação superior no Brasil, do período militar e da consolidação da revolução científico-técnica no país, que foi publicado o trabalho seminal de Corrêa (1974) sobre a localização espacial do ensino superior no Brasil.

Esse trabalho, tributário do paradigma quantitativo, tinha o objetivo explícito de fornecer subsídios ao planejamento educacional e orientar a criação de novos cursos universitários. O autor elenca cursos considerados especializados, de certa rigidez locacional (como Engenharia Naval, existente em cidades litorâneas), e aqueles cursos que poderiam estar presentes em todos os lugares, já que necessários para a realização vida cotidiana (por exemplo, licenciaturas, Direito, Administração), para, então, propor uma hierarquia dos centros urbanos a partir da tipologia dos cursos superiores existentes em cada cidade. O artigo localizou o oferecimento de cursos em instituições presentes em 200 cidades, verificando que o ensino superior estava mais bem distribuído na rede urbana das regiões Sul e Sudeste e de forma superconcentrada nas demais regiões – em apenas em algumas capitais e poucas cidades do interior.

Já na virada do século, Santos e Silveira (2000), em uma obra encomendada pela ABMES⁵, deslocam a discussão do tema para a perspectiva do território,

⁵ Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – www.abmes.org.br

apresentando a *territorialização* da educação superior no Brasil e recorrendo a uma periodização. Mais do que localizar e mapear a educação superior no território, buscam entendê-la na relação dialética entre o Estado e o mercado. Afirmam a existência de uma “relação biunívoca entre educação e território” (p. 57), já que a primeira é uma atividade social e econômica que ajuda a caracterizar o espaço nacional, e que, de outro lado, as características regionais e locais influenciam a natureza da atividade educacional.

No período atual, comandado pela conjugação da ciência e da técnica, novas demandas educacionais surgem em um número cada vez maior de lugares – antes, verdadeiros “vazios educacionais” –, devido ao acirramento da divisão territorial do trabalho e da especialização produtiva. Assim, os autores classificam também os lugares de acordo com o oferecimento de cursos superiores, verificando a ocorrência de uma tensão entre a homogeneização e a especialização dos saberes no território, a partir da urbanização e da estrutura produtiva⁶.

Neste quadro, as pesquisas da pós-graduação em Geografia dão conta da abrangência territorial das recentes políticas de educação superior no Brasil, que, enquanto verticalidades normativas, refuncionalizam lugares e fazem surgir novas territorialidades em diversas regiões do território. Cabe também destacar a diversidade de análises das pesquisas que, apesar disso, podem ser agrupadas de acordo com sua escala de análise, à exceção de alguns trabalhos específicos⁷.

Santos e Silveira (2000, p. 11) reconhecem que através do território é mais possível reconhecer e analisar situações. Porém, continuam, a sociedade existe empiricamente, de modo mais concreto, apenas através das regiões e dos lugares, nos

⁶ Contudo, certamente há mais em jogo. Existe certa dimensão simbólica neste processo de interiorização, pois a universidade se vincula às noções de modernidade e do modo de vida urbano. Além disso, “as regiões demandam IES para atender interesses não só de demandas econômicas, como também outros tipos (educação, assistência, saúde) e interesses (políticas para consolidação de bases locais). Assim, não podemos simplesmente relacionar tal interiorização com algo especificamente econômico e para qualificação do trabalho destinada ao setor produtivo” (BRITO, 2014, p. 11).

⁷ Como o de Nascimento Jr. (2012), que busca identificar, no território brasileiro, a constituição de uma estrutura territorial de produção científica e tecnológica. O mestrado de Ladeira (2010) versa sobre a consolidação do ensino superior à distância – que atualmente corresponde a 15% das matrículas de graduação no país – e que, segundo o autor, tem a capacidade de promover a existência de novas territorialidades. Fiori (2013), por sua vez, compreende a expansão da educação superior a partir da diferenciação e condições de ensino nos cursos de licenciatura em cada região e Pires (2013), como condicionante de um novo perfil de licenciandos nos cursos de Geografia nos campi da UFG em cidades do interior de Goiás.

fragmentos do território em que se distribui. Daí a necessidade das escalas analíticas, muito embora não existam *a priori*, o que reforça a importância do rigor em sua escolha e a do recorte espacial, levando em conta sua coerência interna. Por exemplo: na escala do território, identificamos um processo de desconcentração e interiorização da educação superior. Porém, embora se trate do mesmo processo, quando deslocamos a análise das diversas regiões do Brasil, quais sejam os critérios da regionalização, a educação superior ainda denota uma certa centralidade, já que o oferecimento é mantido nas cidades onde existe uma maior densidade populacional e técnica, em cada contexto regional.

Algumas das pesquisas focalizam na escala intraurbana processos decorrentes da implantação da infraestrutura universitária. Assim, são discutidos a reestruturação urbana, o aumento do preço da terra, a valorização imobiliária, a refuncionalização dos equipamentos urbanos e a diversificação da tipologia de serviços oferecidos nas cidades. Isto salienta a importância dos campi universitários na produção do espaço urbano, quando se considera a capacidade das universidades em gerar efeitos multiplicadores, pela atração de investimentos públicos e privados, pela criação de estoque de mão-de-obra especializada e de um mercado consumidor de classes médias e altas etc.

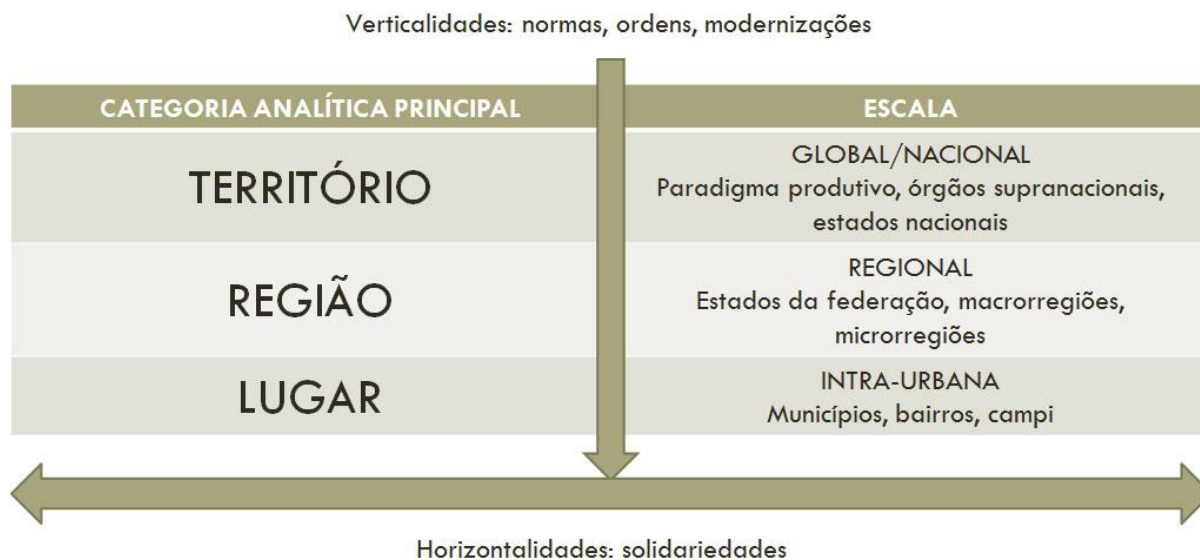
Estes processos são analisados por geógrafos em estudos de casos de cidades em diversas regiões: no Sul, nos casos da UFPel, em Pelotas, no Rio Grande do Sul (AL-ALAM, 2011) e da UEM e das faculdades particulares em Maringá, no Paraná (MOTA, 2007); no Sudeste, o caso de Viçosa, Minas Gerais (HONÓRIO, 2012) e da UFU, em Uberlândia, no mesmo estado (PRIETO, 2005); no Centro-Oeste, em Cuiabá, no Mato Grosso (SOUZA, 2011) e em Goiânia e Anápolis, em Goiás (BORBA, 2012); no Nordeste, o caso da UFCG em Cuité, na Paraíba (GOMES, 2014), da Unilab em Redenção, no Ceará (RIBEIRO, 2012), de Vitória da Conquista, na Bahia (MOTA, 2011) e de Serra Talhada, em Pernambuco (SOUZA FILHO, 2009). Como se nota, ainda não foi publicado estudo de caso algum sobre a região Norte.

Há, também, pesquisas analisam o objeto de estudo em questão utilizando conceitos de especialização e uso do território pelas instituições de ensino superior e, desta forma, reforçam a ideia de seletividade espacial neste nível de ensino nos casos de Juiz de Fora, em Minas Gerais (AMORIM, 2010), de Sobral, no Ceará (FREIRE, 2011) ou ainda das universidades paulistas (MASTROCOLA, 2015).

Outras investigações, já em outra escala, analisam a expansão do ensino superior a partir da ótica do desenvolvimento regional e da rede urbana, utilizando as noções de hierarquia, centralidade urbana, polos e centros regionais e se preocupando com o surgimento de novas funcionalidades regionais e novas complementaridades entre os lugares, por meio da intensificação das relações interurbanas. Esta é, sem dúvida, uma discussão importante, pois a ideia da universidade como motriz do desenvolvimento regional consubstancia o discurso que busca superar as desigualdades regionais históricas no oferecimento da educação superior e está muito presente em discursos de gestores públicos e planejadores educacionais. Mas corre-se o risco de cair num determinismo técnico, como se a universidade *per se* induzisse o desenvolvimento local e regional. Rolim e Serra (2010) argumentam que nem sempre a universidade está a par da dinâmica social e econômica da região em que está inserida. Assim, a universidade apenas *está na* região, como na metáfora da torre de marfim. Ao contrário, as universidades devem *ser* das regiões, isto é, participar das decisões políticas, oferecer projetos de extensão comunitária e currículos atentos às características do lugar, contribuir para a solução dos problemas regionais etc., o que nem sempre ocorre. Brito (2014) lembra que a interiorização não corresponde à estrutura plena da Universidade, mas de fragmentos dela (faculdades, campi etc.), o que vai de encontro à noção da universidade como um “cérebro regional” ou de uma *intelligentsia* que avance no desenvolvimento socioeconômico do lugar. Esta discussão também se coloca num contexto em que a interiorização é sobretudo de instituições particulares, com finalidades bem distintas daquelas de uma universidade pública.

Nestas pesquisas, são representativos os casos da UFGD em Dourados, no Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2012), da região de Apucarana e Arapongas, no Paraná (ARANDA, 2010), da FURG, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2011); de Quixadá, no Ceará (HAIASHIDA, 2014), de Campina Grande, na Paraíba (ARAÚJO, 2012), da UFRB e da UNEB em Santo Antônio de Jesus (SANTANA, 2012; TOMASONI, 2000), e novamente da região de Vitória da Conquista, na Bahia (GUSMÃO, 2009; LOPES, 2012).

As políticas públicas de educação superior numa perspectiva territorial e multiescalar



Elaboração própria

O quadro acima sintetiza a leitura dos trabalhos comentados e esquematiza uma proposta multiescalar de abordagem da educação superior.

Parece haver consenso de que a Geografia avança na análise das políticas públicas. A expressão geográfica destas políticas, representadas no esquema pela seta vertical descendente, refere-se à própria capacidade do Estado em articular políticas e movimentar seus recursos de forma a orientar transformações no território – na sociedade e no espaço –, o que cria novas situações geográficas (em seu encontro com a seta horizontal). Portanto, o Estado, as políticas públicas e o território têm de ser compreendidos de forma indissociável (STEINBERGER, 2013) e é assim que propomos entender a educação superior e o território brasileiro. Esta perspectiva territorial (portanto, geográfica!) de entendimento das políticas públicas deve buscar, a princípio,

explicitar o papel condicionante da diversidade e desigualdade dos lugares, no acolhimento e na proposição de políticas e programas governamentais, considerando as facilidades e os obstáculos que representam os arranjos espaciais pretéritos (herdados) e os usos atuais para pensar os sentidos e as possibilidades futuras das políticas setoriais (RIBEIRO, 2014, p. 382).

Assim entendida, toda política pública é também espacial “em razão de se realizar em algum lugar e ser um híbrido de materialidades e ações” (idem). Santana e

Marengo (2011, p. 47) lembram que as políticas federais são ações verticais que, em geral, não se realizam intactas nos lugares, já que são negociadas com os agentes locais. E mais, encontram solidariedades locais, horizontalidades que oferecem tanto resistências quanto facilidades ao desenvolvimento das políticas. Assim é que, por exemplo, um mesmo programa de abrangência nacional se realiza de maneiras bem diferentes em cada lugar, de acordo com os interesses e as conveniências locais. De fato, cada manifestação local é singular, porém, “acabamos não nos dando conta de que, embora cada experiência seja única, na verdade, fazemos parte de uma realidade muito mais ampla, que precisamos entender e conhecer melhor” (SCHWARTZMAN, 2015), de modo que as questões relativas ao ensino superior tendam a ser vistas muito localmente, sem a necessária e devida articulação de escalas.

Serpa (2011) aponta que a Geografia tem a colaborar justamente no tratamento da articulação de escalas e recortes espaciais das políticas. No caso daquelas políticas que se referem especificamente à educação superior, reforçamos a necessidade de uma abordagem multiescalar, considerando que as tais normas não atingem todos os lugares simultaneamente e tampouco com a mesma intensidade, mesmo que seja esta a intenção. Já que incidem desigualmente no território, estas políticas podem reforçar, outrossim, desequilíbrios que impedem o acesso de grande parcela da população brasileira ao ensino superior. Daí a importância de se levar em conta o território, conforme disseram Santos e Silveira (2000), na elaboração das políticas de educação.

O papel das políticas públicas, que mediam a relação entre o Estado e o território, tem sido comprovado empiricamente. O ensino privado é orientado pela possibilidade da realização do lucro e, portanto, pela demanda solvente, geralmente concentrada em cidades de grande densidade populacional, que são os lugares de concentração história do ensino superior. Tem cabido ao Estado, pois, criar a oferta em regiões de baixa densidade econômica do território por meio da descentralização dos investimentos. Isso tem sido feito por meio da reorientação de seu papel em relação ao período neoliberal, por meio do incentivo à expansão do sistema universitário público, primeiramente, e também, em parceria com o mercado, pela concessão de isenções fiscais às instituições privadas, financiamento de matrículas ou ainda o custeio de bolsas de estudo parciais ou integrais. Deve-se mencionar que esta é uma característica do modelo híbrido vigente de gestão do Governo Federal, denominado pós-neoliberal ou liberal periférico (STEINBERGER, 2013).

Portanto, é apenas com as políticas públicas, isto é, dos instrumentos jurídicos e normativos formulados, sancionados e implementados pelo Estado, que a concentração da educação superior tem começado a ser atenuada. Daí a grande importância que tais políticas, por sua abrangência territorial e capacidade de reorientar a tendência à concentração neste setor, têm adquirido na última década, reforçando seu papel de promover novos usos do território.

Referências

AL-ALAM, Tauê Cardoso. **De operário a universitário**: transformações na paisagem do Bairro Porto em Pelotas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

ALMEIDA, Marcelo Matias de. **A concepção de desenvolvimento regional construída no processo de criação e implantação da UFGD**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues de. **A dimensão sócio-espacial da FURG**: um estudo de caso sobre a Universidade Federal do Rio Grande no contexto da sua expansão. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

ARANDA, Leandro. **A centralidade do aglomerado urbano Apucarana/Arapongas (PR) Brasil**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2010.

ARAÚJO, José Arimatêia da Silva. **A centralidade urbano-regional de Campina Grande-PB**: serviços de saúde e educação superior. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

BORBA, Odiones de Fátima. **A produção do espaço urbano**: Goiânia e Anápolis no contexto da expansão da educação superior. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2012.

BRITO, Leonardo Chagas. **A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial**. Espaço e Economia (Rio de Janeiro), ano 2, n. 4, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 36 (1) : 3-32, jan./mar. 1974.

CLARK, Burton. **Higher education system**. Academic organization in cross perspective. University of California Press, 1983.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder**. Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano 23, n. 79, ago. 2002.

FIALHO, Nadia Hage. **Chão desigual**: a categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

FIORI, Vivian. **As condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

FREIRE, Heronilson Pinto. **O uso do território de Sobral (CE) pelas instituições de ensino superior.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2011.

GOMES, Maria Verônica de Azevedo. **Dinâmica socioespacial urbana de Cuité-PB resultante da implantação do campus de saúde e educação da UFCG.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Espaço regional e ensino superior em Vitória da Conquista – BA.** Dissertação de mestrado. Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2009.

HAIASHIDA, Keila Andrade. **Quixadá: centro regional de convergência e irradiação da educação superior (1983-2013).** Tese de doutorado. Universidade Estadual do Ceará, 2014.

HONORIO, Leticia de Melo. **A produção do espaço em uma cidade universitária: o caso de Viçosa, MG.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LADEIRA, Saulo de Souza. **Técnica, território e ensino a distância: articulações histórico-teóricas.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia.** Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, jan-jul 2013.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: as dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista.** Tese de doutorado. Universitat de Barcelona, 2012.

MASTROCOLA, Bruno Santiago. **Conhecimento e território: instituições de ensino superior e os novos usos do território paulista.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

MENDONÇA, Francisco. **Temas, tendências e desafios da Geografia na pós-graduação brasileira.** Revista da ANPEGE, n. 2, 2005.

MOTA, Adeir Archanjo. **A Geografia do ensino superior de Maringá: a dinâmica regional e a transformação do espaço urbano.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2007.

MOTA, Crisley Tatiana Dias. **Dinâmica educacional de Vitória da Conquista e seus efeitos locais.** Dissertação de mestrado. Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2011.

NASCIMENTO JR., Francisco das Chagas. **Uso do território e tecnociência: densidades, topologias e hierarquias territoriais da produção tecno-científica no Brasil.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2012.

PIRES, Lucineide Mendes. **Culturas geográficas de alunos-jovens: uma referência para a formação de professores de Geografia.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2013.

PRIETO, Élisson Cezar. **Os desafios institucionais e municipais para implantação de uma cidade universitária: o campus do Glória da Universidade Federal de Uberlândia.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

RIBEIRO, Fabricio Américo. **Unilab: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção – Ceará.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2012.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. **Contribuições da Geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde.** Boletim Goiano de Geografia, v. 34, n. 2, mai-ago 2014.

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Universidade e desenvolvimento: ser da região X estar na região**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 2010.

SANTANA, Elissandro Trindade de. **A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a produção do espaço urbano-regional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

SANTANA, Elissandro Trindade de; MARENGO, Shanti Nitya. **A Universidade Federal do Recôncavo como política de desenvolvimento regional no espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus**. Geotextos (Salvador), v. 8, n. 2, dez. 2012.

SANT'ANNA NETO, João Lima; OLIVEIRA, Márcio Piñon. **Balço e perspectivas da pós-graduação em Geografia no Brasil**. Considerações sobre a avaliação trienal de 2010/2012. Revista da ANPEGE, v. 10, n. 14, jul-dez 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. São Paulo: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed. São Paulo: Record, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon (org.) **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

SERPA, Angelo. **Políticas públicas e o papel da Geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, out. 2011.

SILVA, José Borzacchiello da Silva; OLIVEIRA, Márcio Piñon. **A trajetória da pós-graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões**. Revista da ANPEGE, v. 5, 2009.

SOUZA, Josemara de Brito. **A influência da Universidade Federal do Mato Grosso na dinâmica do mercado imobiliário nos bairros Jardim das Américas e Boa Esperança em Cuiabá – MT**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

SOUZA FILHO, Ilton da Costa. **A inserção de uma instituição federal de ensino superior numa cidade do sertão pernambucano – Serra Talhada**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

STEINBERGER, Marília. **A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território**. In STEINBERGER, M. (org.) Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: LER, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce. **A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE**. Revista da ANPEGE n. 1, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce. **Rumos e rumores da pós-graduação e pesquisa em Geografia no Brasil**. Revista da ANPEGE, v. 3, 2007.

TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. **Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia no espaço baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antonio de Jesus**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2000.